



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**UNIDADE:** Diretoria de Ensino de Birigui

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Cópia de credenciais. Ausência de pretensão de reforma da resposta. Recurso não conhecido.

**DECISÃO OGE/LAI nº 177/2018**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de Birigui, número SIC em epígrafe, para acesso a cópia de credenciais de segurança de servidores.
2. Em resposta, o ente informou que não há servidores com credencial de segurança, pois os arquivos do órgão não possuem informações sigilosas, e às informações pessoais somente possuem acesso os servidores autorizados pelo Dirigente Regional de Ensino. Em recurso, o solicitante apresentou reclamação com relação ao prazo de resposta. A ausência de resposta recursal ensejou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Analisando-se o feito, constata-se que a solicitação foi adequadamente respondida, nos termos da Lei de Acesso à Informação. O interessado solicita acesso a credencial de segurança de servidores, sendo que este esclareceu que não há servidores com estas credenciais no órgão público, e prestou outros esclarecimentos, nos termos do artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação. O solicitante, por sua vez, apresentou recurso em que demonstra inconformidade com os prazos de resposta.
4. Neste caso, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação relacionada ao acesso a informações. Nesse sentido, Humberto Theodoro Jr. leciona:

*“Constitui ainda, pressuposto do recurso a motivação, pois ‘recurso interposto sem motivação constitui pedido inepto’ [...]. Disse muito bem Seabra Fagundes que, se o recorrente não dá ‘as razões do pedido de novo julgamento, não se conhece do recurso por formulado sem um dos requisitos essenciais’”. (Curso de Direito Processual Civil, v. III, 50ª Ed. p. 1120.)*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

5. Assim, considerando o adequado atendimento da demanda inicial e não se tratando de demanda recursal motivada por acesso à informação e tampouco almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 25 de maio de 2018.

Assinatura manuscrita em azul e uma rubrica retangular preta.

**MANUELLA RAMALHO**  
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL